

A nova dimensão da coisa julgada

RICARDO ALEXANDRE DA SILVA

RICARDO ALEXANDRE DA SILVA

A NOVA DIMENSÃO DA COISA JULGADA

Atualizado em 15 de maio de 2014

160 080 705 2333

Para mais informações sobre o conteúdo, visite o site www.thomson.com.br

Para Silvia Daniele Alrike Araujo da Silva, por tudo, com muito amor!

160 080 705 2333

A Oriban Ja Haskel, in memoriam, a pessoa mais generosa que conheci.

160 080 705 2333



160 080 705 2333

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Andréia Regina Schneider Nunes, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo, Marcella Pâmela da Costa Silva e Thiago César Gonçalves de Souza

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente Editorial: Francisca Lucélia Carvalho de Sena

Produção Editorial

Coordenação

IVIE A. M. LOUREIRO GOMES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Bruno Capassi, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Felipe Augusto da Costa Souza, Marília Gabriela Gradin, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Meihado Navarra e Rafaella Araujo Akiyama

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier, Daniela Medeiros Gonçalves Melo e Jessica Peltz

Estagiária: Sthefany Moreira Barros

Capa: Linotec

Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Rafael Ribeiro

Administrativo e Produção Gráfica

Coordenação

MAURICIO ALVES MONTE

Analista de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silva, Ricardo Alexandre da

A nova dimensão da coisa julgada / Ricardo Alexandre da Silva. - São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019.

Bibliografia

ISBN 978-85-5321-285-9

1. Coisa julgada 2. Coisa julgada (Processo civil) 3. Processo civil I. Título.

18-22911

CDU-347.953

Índices para catálogo sistemático: 1. Coisa julgada : Direito processual civil 347.953
Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
I. PROCESSO CIVIL E SEGURANÇA JURÍDICA.....	17
1.1. Segurança jurídica e previsibilidade.....	17
1.1.1. Racionalidade e previsibilidade do Direito: análise da tipologia weberiana.....	21
1.1.2. Preclusão, previsibilidade, orientação das partes no processo e outras estabilidades processuais	30
1.1.3. Tutela do Direito e previsibilidade do resultado do processo	34
1.1.4. Igualdade e processo.....	36
1.1.4.1. Igualdade perante a lei e igualdade na lei.....	36
1.1.4.2. Igualdade no debate processual	37
1.1.4.3. Igualdade pelo processo.....	38
1.1.5. Liberdade e processo	40
1.1.5.1. Liberdade em suas acepções negativa e positiva.....	40
1.1.5.2. Liberdade das partes e processo colaborativo	44
1.1.5.3. Tutela jurisdicional do direito e liberdade.....	48
1.1.6. Síntese de ideias.....	52
II. COISA JULGADA: NOÇÕES GERAIS	55
2.1. Conceito.....	55
2.2. Definição segundo o direito positivo	61
2.3. Restrição da coisa julgada às decisões de mérito.....	65
2.3.1. Polêmica sobre as condições da ação.....	67
2.3.2. Interesse e legitimidade no CPC/2015	71

2.3.3. Pressupostos processuais.....	76
2.3.4. Decisões processuais e inexistência de coisa julgada	79
2.3.5. Código de Processo Civil e pluralidade de eficácias estabilizadoras.....	85
2.4. Coisa julgada e estabilização do conteúdo da decisão de mérito.....	87
2.5. Teorias substancial e processual da coisa julgada.....	98
2.6. Coisa julgada formal e coisa julgada material: insubsistência da bipartição.....	103
2.7. Motivos, fatos e coisa julgada	108
2.8. Cognição e coisa julgada	111
2.8.1. Cognição no julgamento antecipado parcial do mérito.....	115
2.8.2. Cognição nas tutelas de urgência e de evidência	117
2.8.3. Cognição e procedimento monitório	122
2.9. Eficácias negativa e positiva da coisa julgada	123
III. MÉRITO: ELEMENTOS INTEGRANTES E IDENTIFICAÇÃO	125
3.1. Conceito de lide e sua inadequação para definir o mérito	125
3.2. Debate sobre o objeto litigioso do processo	133
3.3. O objeto litigioso na doutrina brasileira: introdução.....	141
3.4. Mérito e seu conteúdo: pedido, causa de pedir e exceção substancial.....	145
3.4.1. Objeto litigioso, pretensão e mérito: sinonímia.....	145
3.4.2. Inadequação do conceito de ação de direito material para definir o mérito .	146
3.4.3. Análise do pedido e da causa de pedir na definição do mérito.....	149
3.4.4. Resposta e ampliação do mérito	158
3.4.5. Intervenção espontânea de terceiros e ampliação do mérito	164
3.4.6. Arremate da discussão.....	167
3.5. Tríplice identidade.....	168
3.5.1. Causa de pedir	171
3.5.1.1. Teorias da individualização e da substanciação	171
3.5.1.2. Ações autodeterminadas e heterodeterminadas	174
3.5.1.3. Balanço da polêmica	177
3.5.1.4. Causas de pedir ativa e passiva, abrangentes e não abrangentes.....	185
3.5.1.5. Cumulação de demandas, fatos essenciais e secundários	186
3.5.1.6. Concurso de leis e concurso de demandas	188
3.5.2. Pedido	189

3.5.2.1. Cumulação de pedidos	192
3.5.3. Partes	193
3.6. Univocidade do objeto litigioso	193
IV. QUESTÕES PREJUDICIAIS DE MÉRITO E AMPLIAÇÃO DOS LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA.....	195
4.1. Questões prévias: preliminares e prejudiciais.....	197
4.1.1. Prejudicialidades lógica e jurídica: ainda o debate sobre a autonomia.....	206
4.1.2. Prejudicialidades homogênea e heterogênea, interna e externa	209
4.1.3. Prejudicialidades lógica e técnica	210
4.2. Limites objetivos da coisa julgada no Brasil: o estado d'arte antes do CPC/2015	217
4.2.1. Coisa julgada e premissa da decisão: regime do CPC/1939	217
4.2.2. Coisa julgada e restrição ao dispositivo: regime do CPC/1973	222
4.3. Coisa julgada sobre questões prejudiciais: regime do CPC/2015	224
4.3.1. Questões prejudiciais de mérito decididas expressa e incidentemente.....	230
4.3.2. Imutabilização de pontos prejudiciais: impossibilidade.....	233
4.3.3. Desnecessidade de pedido e de atuação do juízo.....	236
4.3.4. Importância da questão para o julgamento do mérito: são imutabilizadas as questões prejudiciais decididas contrariamente ao vencedor?.....	240
4.3.5. Contraditório prévio, efetivo e impossibilidade da ampliação dos limites objetivos da coisa julgada na hipótese de caracterização dos efeitos substanciais da revelia.....	244
4.3.6. Competência em razão da matéria e da pessoa	249
4.3.7. Limitações probatórias, cognições sumária e parcial	251
4.3.7.1. Limitações probatórias e impossibilidade de estabilização da questão prejudicial.....	251
4.3.7.2. Cognição sumária	255
4.3.7.3. Cognição parcial.....	255
4.3.8. Litisconsórcio necessário e unitário para a questão prejudicial, mas facultativo para a principal: inviabilidade de ampliação dos limites objetivos da questão prejudicial decidida desfavoravelmente aos litisconsortes	257
4.3.9. Ausência de interesse processual no ajuizamento de ação declaratória incidental	260
4.3.10. Julgamento antecipado, fracionamento do mérito e questões prejudiciais	263

4.3.11. Redimensionamento da reconvenção e do interesse recursal e possibilidade de ajuizamento de ação rescisória contra decisão de questão prejudicial.....	265
4.3.12. Convenções processuais e coisa julgada sobre questão	268
4.3.13. Questão prejudicial, <i>collateral estoppel</i> e incidente de resolução de demandas repetitivas.....	270
4.3.14. Direito intertemporal.....	272
4.4. Imutabilização da questão prejudicial e eficácia preclusiva da coisa julgada.....	272
4.4.1. Objeto da eficácia preclusiva	273
4.4.2. Teoria ampliativa da eficácia preclusiva.....	281
4.4.3. Questões prejudiciais e eficácia preclusiva da coisa julgada.....	285
4.5. Questões prejudiciais e limites temporais da coisa julgada.....	285
4.6. Questão prejudicial e anotação pelo distribuidor	287
4.7. Coisa julgada em favor de terceiros e as questões prejudiciais	288
CONCLUSÕES	293
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	299